

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.561.310 - RS (2019/0235051-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : GISELE KRONHARDT SCHEFFER
ADVOGADOS : FERNANDO BORTOLON MASSIGNAN - RS068618
LAURA DE OLIVEIRA MELLO FIGUEIREDO - RS106757
AGRAVADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR : PAULO PERETTI TORELLY - RS026208

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por GISELE KRONHARDT SCHEFFER, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO DO RELATOR QUE NEGOU TRÂNSITO A AGRAVO DE INSTRUMENTO POR INADMISSIBILIDADE. AUTOS ELETRÔNICOS . PRINCÍPIO DA IDENTIFICAÇÃO DO TEOR MATERIAL DE TODOS ARQUIVOS ANEXADOS. IMPRESCINDIBILIDADE, SOB PENA DE O RELATOR SER OBRIGADO A ABRIR UM A UM PARA SABER ONDE ESTÃO AS PROVAS DO FATO CONSTITUTIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO ALEGADO NA PEÇA RECURSAL. PRINCÍPIO PREVISTO NA LEGISLAÇÃO ESPECIAL E QUE ABRANGE TANTO OS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUANTO OS FACULTATIVOS REPUTADOS ÚTEIS PELA PARTE RECORRENTE. DESPERDÍCIO DA OPORTUNIDADE PARA SER CUMPRIDO O REQUISITO. CASO DE NÃO CONHECIMENTO OU INADMISSIBILIDADE. DECISÃO MONOCRÁTICA PREVISTA NO ART. 932, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/2015. MANUTENÇÃO. RECURSO DESPROVIDO" (fl. 511e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 528/536e), os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. OMISSÃO. PREQUESTIONAMENTO. RECURSO QUE, NA REALIDADE, REDISCUTE O MÉRITO, ESPECIFICAMENTE

NO QUE TANGE AOS DOCUMENTOS FACULTATIVOS NO AGRAVO DE INSTRUMENTO, EM RELAÇÃO AOS QUAIS NÃO DESISTIU E RECONHECE QUE NÃO CUMPRIU O PRINCÍPIO DA IDENTIFICAÇÃO DO TEOR MATERIAL DOS ARQUIVOS. DESACOLHIMENTO" (fl. 566e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 8º e 1.017, ambos do CPC/2015, sustentando o seguinte:

"Com efeito, ao analisar os pressupostos de admissibilidade do agravo de instrumento pela recorrente, o acórdão recorrido julgou que, mesmo juntados todos os documentos obrigatórios e facultativos necessários a compreensão da controvérsia, o recurso não merecia conhecimento porque não identificado o conteúdo material de todos os arquivos, tanto das peças obrigatórias quanto das facultativas reputadas úteis.

(...)

Com a mais respeitosa venia, é flagrante a violação ao artigo 1.017 do Código de Processo Civil porque a recorrente instruiu o agravo de instrumento com todas as cópias obrigatórias previstas no inciso I e com todas as cópias facultativas úteis para a compreensão do feito, nos termos do inciso II.

A recorrente realizou a juntada inicialmente de cópia integral dos autos originários, de modo a permitir o conhecimento integral do feito pelos magistrados de segunda instância. A cópia integral do processo contém tudo o quanto é necessário para julgamento do recurso, sejam as cópias obrigatórias ou as facultativas, tudo e cumprimento ao disposto nos incisos I e III do artigo 1.017 do Código de Processo Civil, violados pela decisão recorrida. Trata-se de proceder rotineiro da vida forense, e que tem se mantido no âmbito do processo eletrônico, haja vista a existência de sistemas como o E-proc, no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região, que inclusive dispensam a juntada dos documentos novamente, fazendo a vinculação com os autos originários.

Em que pese cumpridos os requisitos dos incisos I e III do artigo 1.017 do Código de Processo Civil, a recorrente viu-se, na sequência, confrontada com decisão determinando a identificação peça a peça e alegando a não juntada dos documentos obrigatórios, que já estavam juntados aos autos. Em que pese desnecessária a identificação 'peça a peça', por ausência de previsão legal, a recorrente juntou novamente cópia das peças obrigatórias, com a identificação 'peça a peça', tal

qual como solicitado pela decisão recorrida. Além disso, a recorrente formulou requerimento expresso de que a cópia integral dos autos fosse acolhida como documentação facultativa, nos termos do art. 1017, inciso III, do CPC.

Ato contínuo, a recorrente foi surpreendida por despacho de inadmissão do recurso de Agravo de Instrumento, porque apesar de haver identificado os documentos obrigatórios, não havia desistido da documentação anteriormente juntada, entendimento que foi mantido em sede de Agravo Interno, decisão que afronta o artigo 1.017 do CPC. Com a devida vênia ao órgão julgador, trata-se de proceder ilegal.

O Código de Processo Civil estabelece em suas normas fundamentais que o juiz deverá atender a todo o ordenamento jurídico na condução do processo e concretiza o movimento de constitucionalização que abrange, também, o processo civil, devendo consolidar, entre outros, o princípio da legalidade que possui matriz no art. 5º, inciso II, da CF, e é positivado no âmbito das normas fundamentais do processo, em seu art. 8º.

Explicam Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery:

(...)

Ora, os requisitos para a interposição do recurso de Agravo de Instrumento são aqueles previstos no Art. 1017 e incisos do CPC e foram cumpridos pela recorrente. Não consta do processo civil qualquer vedação à juntada de cópia integral dos autos quando da instrução do Agravo de Instrumento - que inclusive poderia ser incluída nos usos e costumes da vida forense - muito menos previsão de identificação de toda a documentação juntada no âmbito do processo eletrônico.

Vejam Excelências que se trata de Agravo de Instrumento que preenche TODOS os requisitos de admissibilidade: i) foi preparado devidamente; ii) os procuradores das partes foram identificados; iii) foram juntadas as peças obrigatórias descritas no inciso I do art. 1017 e, uma vez intimada a parte a proceder a identificação das peças processuais, foram identificadas todas as peças obrigatórias que já constavam dos autos, o que é plenamente verificável pela leitura dos autos, apesar da afirmação desarrazoada na decisão que negou seguimento de que a parte não o teria feito (fl. 472 do Agravo de Instrumento):

(...)

Vejam Excelências que é flagrante a violação ao artigo 1.017 do Código de Processo Civil e é flagrante a injustiça que se comete

contra a agravante, ora recorrente, no presente caso. O que precisa ser dito é que o agravo de instrumento teve o seguimento negado não porque não haviam sido juntados os documentos obrigatórios – porque o foram, duas vezes – mas sim por comodismo do julgador, porque deseja que o advogado faça identificação material, item a item, das peças cuja apreciação é responsabilidade do magistrado.

Há, portanto, evidente assunção de competência da União Federal, porquanto se está a criar requisito de admissibilidade não previsto no processo civil brasileiro. Há igualmente negativa de vigência à lei federal, porque desrespeitados os comandos do Código de Processo Civil. Ao contrário do sustentado na decisão recorrida, não cabe a invocação de dispositivo legal interno para a negativa de seguimento de Agravo de Instrumento:

(...)

De modo que estão presentes in casu, violações ao art. 8º e art. 1.017 e incisos do Código de Processo Civil, porquanto negado seguimento a Agravo de Instrumento à revelia da legislação federal, impondo-se seja o presente Especial conhecido e provido, para determinar ao TJRS que conheça do Agravo de Instrumento interposto" (fl. 592/599e).

Por fim, requer "seja o presente Recurso Especial conhecido e, no mérito, provido, para reconhecer a negativa de vigência à lei federal e a existência de divergência jurisprudencial neste sentido, determinando ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que conheça do Agravo de Instrumento interposto originalmente" (fl. 612e).

Contrarrazões a fls. 647/652e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 671/681e), foi interposto o presente Agravo (fls. 692/701e).

Contraminuta a fls. 715/720e.

A irresignação não ultrapassa a admissibilidade.

De plano, verifica-se que não houve análise pelo Tribunal **a quo** do art. 8º do CPC/2015. Por simples cotejo das razões recursais e dos fundamentos do acórdão recorrido, percebe-se que as teses recursais atreladas aos preceitos invocados não foram apreciadas no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamentos à conclusão adotada.

Diante desse contexto, a pretensão recursal esbarra em vício formal intransponível, qual seja, da ausência de prequestionamento – requisito viabilizador da abertura desta instância especial –, atraindo, por analogia, o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na

decisão recorrida, a questão federal suscitada"), na espécie.

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal. É necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não, ao caso concreto.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REGRESSIVA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. (...).

1. **A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.**

2. (...).

7. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.152.254/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 18/05/2018).

Quanto ao mais, é inviável o conhecimento do Recurso Especial, porquanto a ofensa ao art. 1.017 do CPC/2015, na forma defendida em suas razões, seria meramente reflexa, uma vez que, para o deslinde da controvérsia, seria imprescindível a análise do Ato 017/2012-P do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, fundamento central do acórdão recorrido.

Contudo, o conceito de tratado ou lei federal, previsto no art. 105, inciso III, **a**, da Constituição Federal, deve ser considerado em seu sentido estrito, não compreendendo súmulas de Tribunais, bem como atos administrativos normativos, o que impede o exame da questão nessa via estreita.

No mesmo sentido, o seguinte julgado em caso análogo:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INADMISSIBILIDADE. AUTOS ELETRÔNICOS. PRINCÍPIO DA IDENTIFICAÇÃO DO TEOR MATERIAL DE TODOS ARQUIVOS ANEXADOS. OFENSA À INSTRUÇÃO NORMATIVA. ATOS N. 17/2012-P E 20/2015, DO TJ/RS. IMPOSSIBILIDADE. NÃO ENQUADRAMENTO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. SÚMULA 280/STF.

I - O recurso especial tem por objetivo o controle de ofensa à legislação federal, nos termos do art. 105, III, a, b e c, da Constituição

Federal, e, por isso, não cabe a esta Corte a análise de suposta violação de legislação local, portarias, instruções normativas, resoluções, regimentos internos, etc.

II - Em que pese o inconformismo manifestado pela parte agravante, com efeito, verifica-se o Tribunal de origem, para decidir a controvérsia, interpretou os Atos n. 17/2012-P e 20/2015, do TJ/RS, o que implica a inviabilidade do recurso especial, uma vez que tal procedimento exigiria, necessariamente, a análise dos citados atos da Corte local, medida vedada por via de recurso especial, porquanto essa espécie normativa não se enquadra no conceito de lei federal ou tratado, conforme entendimento jurisprudencial pacífico desta Corte: III - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no AREsp 1.298.541/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2018)".

Confira-se, ainda, na mesma linha:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. SALDO REMANESCENTE. PEDIDO. PRECLUSÃO. PRAZO. ARTIGO 46 DO ATO NORMATIVO Nº 013/2012-P DO TJRS. EXAME. NECESSIDADE. CONCEITO DE TRATADO OU LEI FEDERAL.

1. Não obstante as razões aduzidas no recurso especial indiquem ofensa dos arts. 884 e 885 do CCB e 1º da Lei nº 12.065/2004, é de se constatar que a controvérsia acerca da preclusão do pedido da exequente exige necessária análise do artigo 46, do Ato nº 013/2012-P do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. O referido ato normativo, todavia, não se enquadra no conceito de 'tratado ou lei federal' de que cuida o art. 105, III, a, da CF.

2. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 1.008.131/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 06/03/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. PORTARIA. CONCEITO DE TRATADO OU LEI FEDERAL. NÃO ENQUADRAMENTO. INCIDÊNCIA (POR ANALOGIA) DA SÚMULA N. 518/STJ. ÁREA TOMBADA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA

N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - (...).

II - Consoante pacífica jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, o conceito de tratado ou lei federal, previsto no art. 105, inciso III, a, da Constituição da República, deve ser considerado em seu sentido estrito, não compreendendo súmulas de Tribunais, bem como atos administrativos normativos. Incidência, por analogia, da Súmula n. 518 do Superior Tribunal de Justiça.

III - O Recurso Especial não merece prosperar, porquanto, embora indicada a ofensa ao art. 131 do Código de Processo Civil, segundo a Recorrente, a presente controvérsia perpassa, em tese, a análise do art. 2º da Resolução n. 16/52 do CONPRESP, de modo que a violação à lei federal seria meramente reflexa.

IV - (...).

VII - Agravo Interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.680.475/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 18/12/2017).

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O APELO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ.

1. Está correta a decisão agravada quando concluiu que a agravante não impugnou o fundamento de que o apelo não seria cabível por importar o exame de ato da Presidência do Tribunal de origem, normativo que não se enquadra no conceito de lei federal.

2. Ainda que superado tal ponto, o recurso especial não preenche os requisitos de admissibilidade, pois não se conhece da suscitada afronta ao art. 535 do CPC/1973 quando o recorrente deixa de especificar as questões omitidas no aresto recorrido, tampouco esclarece a importância do enfrentamento desses temas para a correta solução do litígio. Incidência da Súmula 284/STF.

3. Além disso, o Ato n. 13/2002 da Presidência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que amparou o acórdão recorrido, não pode ser examinado na seara extraordinária, porquanto não se classifica como lei federal. Precedente em caso

análogo: AgInt no AREsp 963.313/RS, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 6/4/2017, DJe 19/4/2017.

4. Ademais, a reforma das conclusões da Corte a quo - quanto à suposta irregularidade da intimação da parte ora recorrente para corrigir os valores contidos no precatório - importa o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que não se admite na presente seara nos termos da Súmula 7/STJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt nos EDeI no AREsp 1.049.110/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/08/2017).

"ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR. PROCESSO DE REOPÇÃO POR MUDANÇA DE CURSO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA RESOLUÇÃO 65/2008-UFPB. INVIABILIDADE. DIPLOMA QUE NÃO SE ENQUADRA NO CONCEITO DE LEI FEDERAL.

1. (...).

3. Observa-se das razões do Recurso Especial que eventual violação de lei federal seria meramente reflexa, e não direta, porque no deslinde da controvérsia seria imprescindível a interpretação da Resolução 65/2000 - UFPB e, portanto, inviável de ser analisada pela estreita via do Recurso Especial.

4. Agravo Interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.601.086/PB, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 28/10/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PORTARIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA. ATO QUE NÃO SE ENQUADRA NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. OFENSA REFLEXA À LEGISLAÇÃO FEDERAL. INVIABILIDADE DE AFERIÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. (...).

2. O conhecimento da pretensão recursal demandaria a interpretação do conteúdo normativo de portaria ministerial, providência essa vedada em recurso especial, por não corresponder a ato que se enquadra no conceito de lei federal (nesse sentido: AgRg no REsp 995.528/RS, Rel. Min. Sidnei

Beneti, DJe 28.2.2011). A alegada contrariedade à legislação federal, tal como exposto nas razões recursais, caso existente, seria meramente reflexa.

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no AREsp 245.610/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/11/2012).

No mesmo sentido: STJ, AREsp 1.286.197/RS, rel. Ministro GURGEL DE FARIA, DJe de 08/02/2019; STJ, AREsp 1.317.589/RS, rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, DJe de 19/02/2019; STJ, AREsp 1.419.985/RS, rel. Ministro OG FERNANDES, DJe de 08/04/2019; STJ, AREsp 1.488.809/RS, rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe de 27/05/2019; STJ, AREsp 1.554.965/RS, rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 13/09/2019; STJ, AREsp 1.464.141/RS, rel. Ministro OG FERNANDES, DJe de 19/09/2019; STJ, REsp 1.841.955/RS, rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, DJe de 04/11/2019.

Assinale-se, também, o não cabimento do Recurso Especial com base no dissídio jurisprudencial, pois as mesmas razões que inviabilizaram o conhecimento do apelo, pela alínea **a**, servem de justificativa quanto à alínea **c** do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço** do Agravo, para **não conhecer** do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora